

continuação

Movimentação da amortização

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura.....	(606.531)	(105.888)	696	(711.723)
Direitos de uso de sistemas informatizados..	(4.585)	(1.257)	(1)	(5.843)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados .....	(3.016)	(691)	-	(3.707)
	(614.132)	(107.836)	695	(721.273)

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2014	Vencimento final	2014	2013
Instituições financeiras							
1 BNDES - FINEM III.....	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	45	Fevereiro de 2017	89.500	130.752 (b)
1 BNDES - FINEM IV .....	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	8.444	12.338 (b)
Alfa S.A. (Finame).....	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	151	212 (c)
Banco Bradesco S/A (Finame) .....	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	-	95 (c)
Bradesco S.A. (Arrendamento Mercantil).....	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	-	247 (c)
Itaú leasing S.A (Arrendamento Mercantil).....	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Maio de 2014	-	12 (c)
Total em moeda nacional.....				45		98.095	143.656
Circulante						45.445	45.909
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros.....						(32)	(50)
Custos de transação .....						45.413	45.859
Não Circulante						52.695	97.841
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros.....						(13)	(44)
Custos de transação .....						52.682	97.797

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade. (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada. Garantias: (b) Fiança bancária. (c) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2014
2016.....	45.145
2017.....	7.550
	52.695

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de fi-

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2014	2013
1 1a Emissão - Série 1 .....	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	-	Abril de 2014	-	28.195 (e)
2 4a Emissão - Série 1 .....	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	2.221	Setembro de 2017	967.824	965.531 (f)
4a Emissão - Série 2 (c).....	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	375	Outubro de 2017	142.670	131.059 (f)
3 5º Emissão - Série única (d).....	IPCA + 4,88% a.a.	0,04115% (a)	9.147	7.006	Outubro de 2018	465.385	434.862 (f)
4 6º Emissão - Série única (c).....	IPCA + 5,428% a.a.	0,02831% (a)	7.650	7.397	Outubro de 2019	241.183	- (f)
6º Emissão - Série única .....	IPCA + 5,428% a.a.			-	Outubro de 2019	300.999	- (f)
Total geral.....				16.999		2.118.061	1.559.647
						2014	2013
Circulante						168.280	37.340
Debêntures.....						(4.876)	(3.123)
Custos de transação .....						163.404	34.217
Não Circulante						1.966.780	1.535.009
Debêntures.....						(12.123)	(9.579)
Custos de transação .....						1.954.657	1.525.430

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 25. (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (fair value option). Garantias: (e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis. (f) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2014
2016.....	482.500
2017.....	500.863
2018.....	449.511
2019.....	533.906
	1.966.780

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 31 de março de 2014, foi liquidada integralmente a 1ª série da 1ª emissão de debêntures, não restando mais debêntures vigentes desta emissão. 2. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão. Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, ao valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão. As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira: • Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017; • Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017. As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio. Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado. O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira: • Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017; • Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017. As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente. O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4, exceto se a Companhia optar por contratar e apresentar o Agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão destas debêntures.Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 88,95% do CDI. 3. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas. Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado. O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI. 4. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 545.000, não podendo ser facultativamente resgatadas. Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,428% a.a., incidentes sobre o valor nominal atualizado. O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a Companhia optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture. Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de swap para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 98% do CDI.

15. Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais.....	12.848	29.293
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros .....	190	23
Cauções e retenções contratuais.....	15.949	14.538
	28.987	43.854

16. Obrigações fiscais: a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - Circulante

	2014	2013
IRPJ e CSLL.....	113.437	130.463
ISS.....	8.706	9.184
COFINS.....	5.088	4.743
PIS.....	1.102	1.028
PIS, COFINS e CSLL retidos .....	475	470
INSS retido .....	296	1.736
IRRF .....	128	157
	129.232	147.781

b. Obrigações fiscais federais parceladas

	2013	2014			
	Saldo inicial	Provisão de juros	Realização (a)	Transferências	Saldo final
Circulante .....	38.657	1.968	(143.132)	102.507	-
Não circulante.....	350.639	21.086	(269.218)	(102.507)	-
Total .....	389.296	23.054	(412.350)	-	-
	2012	2013			
Circulante .....	36.650	2.007	(34.944)	34.944	38.657
Não circulante.....	364.820	20.763	-	(34.944)	350.639
Movimento em 2013.....	401.470	22.770	(34.944)	-	389.296

(a) Em 29 outubro de 2014 os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprios ou cedidos por outras pessoas jurídicas controladas pela mesma empresa controladora e pagamento em dinheiro de no mínimo 30% do saldo do parcelamento.

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2013	2014				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis.....	424	656	(222)	1.446	(424)	1.880
Trabalhistas e previdenciários ....	1.813	4.806	(984)	47	(1.212)	4.470
Tributários.....	4.589	51	-	224	-	4.864
	6.826	5.513	(1.206)	1.717	(1.636)	11.214
	2012	2013				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamentos	Saldo final	
Não circulante						
Cíveis.....	854	871	-	(1.301)	424	
Trabalhistas e previdenciários .....	388	2.423	(247)	(751)	1.813	
Tributários.....	-	4.589	-	-	4.589	
	1.242	7.883	(247)	(2.052)	6.826	

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível e trabalhista nos montantes de R\$ 1.000 e R\$ 1.321, respectivamente em 2014 (R\$ 708 e R\$ 888, respectivamente em 2013). A companhia possui outros processos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2014	2013
Cíveis e administrativo .....	6.675	7.104
Trabalhistas e previdenciários.....	2.199	5.936
Tributárias.....	695	7.284
	9.569	20.324

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 131.051 para os processos em andamento.

18. Provisão de manutenção

	2013	2014			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante .....	1.835	21.785	565	(3.175)	21.010
Não circulante.....	15.720	13.763	2.076	-	31.559
Total .....	17.555	35.548	2.641	(3.175)	52.569
	2012	2013			
Circulante .....	7.443	15.413	371	(21.392)	1.835
Não circulante.....	603	14.665	452	-	15.720
Movimento em 2013.....	8.046	30.078	823	(21.392)	17.555

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a, 8,20% a.a, 10,14% a.a. e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido. c) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de

continuação